



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal
realizada em 29 de outubro de 2018

ATA N.º 05/2018

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal do Barreiro. Na Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista foi secretariado por Ana Santos e André Antunes.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa e Vereadores João Pintassilgo, Rui Braga, Sofia Martins, Bruno Vitorino, Rui Lopo, Pedro Estrela e Alexandra Silvestre.

O Presidente da AMB, André Pinotes Batista, deu a conhecer os pedidos de suspensão e substituição apresentados:

Pedidos de suspensão
Paulo de Deus, por 30 dias a partir de 23 de outubro, substituído por Ricardo Teixeira
José Batata, por 6 meses, a partir de 3 de setembro, substituído Maria Filomena Vitorino
Pedidos de substituição - Assembleia Municipal
Luís Pedro Cerqueira, por Maria Teresa Felício
Gabriela Guerreiro por Sérgio Antunes
Vítor Castro Nunes por Patrícia Ferreira
Rogério da Ponte por Pedro Augusto Martins
Jorge Espírito Santo por Priscila Calmeirão
José Paleta por Macário Dias
Pedidos de substituição - Câmara Municipal
Sónia Lobo por Alexandra Silvestre
Paulo André Fernandes por Pedro Estrela

Verificada a existência de quórum, com a presença de 31 Deputados, conforme Lista de Presenças inserta na Ata como **Anexo II**.

Informou que o Deputado Hugo Abade, apresentou um pedido de renúncia, na sequência do requerimento anteriormente apresentado, no sentido de se apurar possíveis incompatibilidades no seu Mandato. Fez uma breve cronologia do desenvolvimento do requerimento, cuja resposta da CCDR ainda se aguarda. Referiu ser sua interpretação pessoal não estar o Deputado em situação de inelegibilidade ou incompatibilidade, manifestou respeito pela decisão tomada estima, reconhecimento e consideração pela sua intervenção cívica. Deu início à Reunião, cuja Ordem de Trabalhos se encontra inserta na Ata como **Anexo I**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 43º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Catarina Sofia

Relatou que, através de mensagem no facebook, foi aliciada por Bruno Miguel Costa, que há cerca de quinze anos exerce violência física e ameaça mulheres na via pública, no Barreiro e recentemente, também em Lisboa. Faz parte de um Grupo Cívico que reclama o funcionamento da justiça no caso das agressões que têm sido feitas por este cidadão, referenciado como esquizofrénico. Intervenção registada como **Anexo III**.

João Pedro Silva

Informou que faz parte de um Grupo de Cidadãos que, no seguimento de uma manifestação junto ao Tribunal do Barreiro, um grupo de cidadãos se uniu contra Bruno Costa e contra a justiça que não tem funcionado na resolução deste caso. Existem contra Bruno Costa, cerca de cinquenta casos de espancamento de mulheres, arquivados pelo Tribunal. Atualmente o referido cidadão encontra-se internado compulsivamente na ala de Psiquiatria do Hospital do Barreiro, como já aconteceu no passado. Temem que a justiça continue a fechar os olhos a este caso, bem como a outros iguais, de mulheres e homens que sofrem vários tipos de violência. Intervenção registada como **Anexo IV**.

Marta Sofia Machado Ferreira

Identificou-se como sendo a última vítima de Bruno Costa e relatou que em 28 de setembro, quando se dirigia a casa de um familiar em Lisboa foi por ele seguida e agredida fisicamente. O indivíduo foi no momento identificado pela Polícia e deixado em liberdade. Tempos depois postou o sucedido nas redes sociais como forma de alerta e novamente recebeu ameaças do agressor. Voltou a apresentar queixa na Polícia. Apelou em nome próprio e das outras vítimas, a atenção de todos para que possa voltar a sentir-se segura na rua e deixar de viver com medo. Intervenção registada como **Anexo V**.

Carlos Alberto Mendes Nunes

Afirmou-se como parte interessada no espaço comercial do Centro Comercial Pirâmide, situado na Rua Vasco da Gama e voltou a denunciar a falta de segurança do mesmo. Face a um pedido de vistoria de uma das arrendatárias dos espaços comerciais, os Serviços de Fiscalização da CMB responderam em 23 de outubro, que tinham sido detetados vários problemas ao nível do sistema de incêndio e saída de emergência, insalubridade nas casas de banho, infiltrações e falta de normas de segurança, pelo que pediu o encerramento do espaço. Intervenção registada como **Anexo VI**.

O **Presidente da AMB, André Pinotes Batista**, manifestou em nome do Plenário, o respeito e a sensibilização pelos assuntos colocados. Informou que irá promover uma Conferência de Representantes, no sentido de averiguar o que se pode ou não fazer, junto das autoridades e tutelas competentes.

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da AMB, André Pinotes Batista**, deu início ao Período da Ordem do Dia, colocando à consideração do Plenário a discussão conjunta dos pontos 2.1 e 2.2, ambos relativos ao IMI.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2019.

O Vereador Rui Braga, referiu que a proposta apresentada pelo Vereador Bruno Vitorino, para redução da taxa do IMI de 0,39% para 0,38%, foi devidamente pensada, estudada e colhida com agrado pelo Executivo do PS, por estarem reunidas as condições e por se entender a medida como um sinal para captação de novos residentes no Concelho. Irá ter um impacto de 300 mil euros na não receita.

O Deputado Isidro Heitor, interpelou a Mesa para propor em nome da Bancada do PS, a discussão conjunta dos pontos 2.1 e 2.2.

Não houve objeção por parte dos restantes Deputados.

2.2 TAXA DO IMI A APLICAR NO ANO DE 2018 E A COBRAR EM 2019, E ISENÇÕES RELATIVAMENTE A IMPOSTOS E OUTROS TRIBUTOS PRÓPRIOS.

O Vereador Rui Braga, justificou a proposta pela necessidade de se acoplar à Taxa, a isenção das majorações e minorações e do programa “Conservar para Reabilitar”. Referiu duas medidas que diferem do habitual:

1. Reduzir para 20 anos, no âmbito do Programa “Conservar para Reabilitar”, o prazo de elegibilidade dos imóveis para benefícios municipais, com o intuito de tentar estimular a reabilitação urbana;
2. Atribuir a isenção de IMT a quem possua terrenos sem edificação ou os adquira para reabilitar;

Deu a conhecer ser intenção do Executivo, apresentar estas isenções e benefícios, a todos os que tiverem intenções de investir e reabilitar no Barreiro, no início de cada ano.

O Deputado Ricardo Teixeira, registou o voto favorável da Bancada da CDU ao ponto 2.1.

A Deputada Ana Teresa Xavier, afirmou em nome da Bancada do PSD o agrado pela aprovação por unanimidade da redução do IMI, cuja proposta inicial era de 0,35%, mas entendem que tal implicaria uma grande perda de receita para o Município. Lamentou que na segunda proposta não esteja contemplado o IMI Familiar e colocou questões em relação ao ponto 1.4 e ponto 5.

O Deputado Durval Salema, afirmou que apesar da perceção da redução do IMI, ser positiva junto das pessoas, o seu valor é irrisório e não irá atrair novas famílias ou empresas como se pretende, sem estar associada a outras medidas. Considerou que a medida não deveria ser tomada de ânimo leve, dada a perda de receita num imposto que corresponde a cerca de 75% dos impostos diretos e 11% das receitas totais incluindo Serviços Municipalizados, e que esse valor poderia ser aplicado a satisfazer necessidades da população. Afirmou ainda que é uma descida que não vai beneficiar quem tem mais baixos rendimentos, pois estas pessoas ou não são proprietárias de imóveis ou precisamente por terem baixos rendimentos, já estão automaticamente isentas de IMI pela via fiscal.

O Deputado Francisco Alves, considerou a medida como uma valorização e questão de princípio e achou curioso o facto de vir de uma força política que, no plano nacional, há 6 anos, foi responsável por um aumento brutal de impostos. O valor da descida pode ser pouco significativo individualmente, mas é um sinal claro de vontade de atender às dificuldades das pessoas que vivem no Concelho. O Bloco de Esquerda defende a descida dos impostos pelo que irá acompanhar as propostas apresentadas. Registou preocupação extra com a habitação social.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Pedro Augusto Martins**, questionou se existem outros programas para além do Programa “Conservar para Reabilitar”, em iniciativas de reabilitação urbana e a situação a Comissão Municipal de Reabilitação Urbana.

O **Deputado José Caetano**, estranhou a existência de dois pontos na Ordem de Trabalhos quanto à redução do IMI, que apelidou de “modernismos”, bem como o facto de uma proposta estar identificada como proveniente do Vereador do PSD e não do Executivo da Câmara Municipal. Contestou o teor da notícia do Jornal Correio da Manhã, sobre a descida de impostos, contrapondo que o que vai ser aprovado no 2.2 é a reprodução fiel, do que já era aprovado pela Autarquia há vários anos.

O **Presidente da AMB, André Pinotes Batista**, respondeu ao Deputado José Caetano que do ponto de vista formal tudo estava correto. A Câmara Municipal enviou duas propostas, a Assembleia Municipal agendará sempre, todas as propostas que lhe forem submetidas independentemente da sua quantidade. Apesar disso, solicitou ao Executivo que de futuro possam homogeneizar pontos que de alguma forma sejam convergentes.

O **Deputado Isidro Heitor**, considerou a proposta que foi votada por unanimidade pelo Executivo, como adequada, equilibrada e justa, tendo em conta a situação financeira do Município. Respondeu ao Deputado José Caetano que o PS sempre manteve uma posição coerente em relação a estes temas, quando outros defendiam o agravamento brutal de impostos e redução de vencimentos a nível nacional. Sugeriu cuidado quanto ao IMI Familiar, nesta fase. Concordou com o princípio das minorações e majorações, louvou a redução do prazo para elegibilidade dos imóveis, para a atribuição de benefícios fiscais e a aprovação da taxa atempadamente.

A **Deputada Ana Teresa Xavier**, contestou a afirmação do Deputado Isidro Heitor quanto ao agravamento de impostos e redução de vencimentos e considerou que todas as reduções de impostos, mesmo por pequenas que sejam, são sinais que irão agradar aos Barreirenses.

O **Deputado Isidro Heitor**, respondeu à Deputada Ana Teresa Xavier que iria responder no debate do IRS.

O **Deputado Alexandre Teixeira**, considerou não haver grandes alterações no conteúdo da proposta que é apresentada, mas que, pela forma como é publicitada, cumpre o efeito de servir para divulgação e promoção.

O **Presidente da CMB, Frederico Rosa**, contestou as afirmações do Deputado José Caetano quanto ao termo “modernismos” apontado às propostas. Igualmente contestou a apreciação negativa da notícia publicada sobre a descida de impostos e afirmou que a proposta não é uma cópia do ano anterior. Ao Deputado Durval Salema apontou ter feito uma má interpretação, ao confundir IMI, IRS e Derrama, quando têm que ser feita avaliação individual.

O **Deputado José Caetano**, afirmou existir alguma confusão quando na discussão de um imposto sobre imóveis se colocam questões sobre o rendimento do agregado familiar, tendo o IMI e o IRS origens e efeitos diferentes. A insatisfação pela notícia publicada no Jornal Correio da Manhã, é pela afirmação de novidade em relação às minorações e majorações, quando é uma prática antiga, no Barreiro.

A **Deputada Ana Teresa Xavier**, reafirmou que o IMI Familiar, em conjunto com todas as outras medidas de descida de impostos, causa impacto e é um atrativo para atrair pessoas para o Barreiro, não interessando quem aprova ou aprovou.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Pedro Martins, questionou atendendo aos fracos resultados registados com a minoração, no Programa Conservar para Reabilitar em 2017, que medida acessória se prevê adotar, sugerindo um programa integrado para o Barreiro.

O Deputado Isidro Heitor, questionou se no Barreiro existe algum caso de imposto adicional de IMI, o chamado "Mortágua". Concordou ser necessário obter melhores resultados no Programa Reabilitar para Conservar, opinou que a medida de redução de prazo de elegibilidade de 30 para 20 anos poderá ser um bom contributo.

O Vereador Rui Braga, acusou a CDU de estar numa estratégia cega ao atacar o PS de todas as formas, deturpando tudo o que é dito. Não encontrou em lado nenhum registo de afirmações sobre novidade em relação às minorações e majorações, apenas tem elogiado o Programa Conservar para Reabilitar, que só peca pela falta de dinamização e divulgação. As alterações que têm sido referidas, são a redução do prazo de 30 para 20 anos e a isenção de IMT aos proprietários de terrenos.

O Deputado José Caetano, apelidou a sua intervenção quase como uma defesa da honra, relembrou ao Vereador Rui Braga, que a CDU tem exercido a prática de diferentes votações e que no ano anterior a taxa de IMI foi votada em conjunto, na Assembleia Municipal.

O Deputado Pedro Martins, enunciou em nome do PSD, algumas medidas como sugestão para um melhor resultado do Programa Conservar para Reabilitar: - programas estratégicos para a Regeneração Urbana; criação de Gabinete para a Regeneração Urbana; Fundos para a Reabilitação Urbana; alargamento da área de reabilitação urbana do Barreiro Velho e articulação com o Turismo; elaboração de planos de pormenor para o Barreiro Velho e zonas envolventes; programas de animação urbana; nova atitude e identidade para o Barreiro Velho; criação de bolsas de arrendamento e reabilitações de low-cost; regar a circulação e o estacionamento; criar sistemas de videovigilância, equipas de intervenção rápida e prémios de reabilitação urbana.

O Vereador Rui Braga, considerou que a apresentação do Programa Reabilitar para Conservar no início de cada ano, irá ser uma medida essencial para o seu sucesso e que o Gabinete criado no âmbito do IFRRU, também presta informações no âmbito deste Programa. Ir mais longe em incentivos para a reabilitação urbana é algo que o Executivo também tem pensado muito, é importante criar um Regulamento que ligue e faça sentido a todas as medidas de incentivos fiscais que estão a ser tomadas para as Empresas e para quem quer morar no Barreiro. Anunciou que brevemente irá ser apresentada a abertura de revisão do Regulamento de Incentivo ao Investimento e Criação de Emprego na Cidade do Barreiro.

O Presidente da AMB, André Pinotes Batista, colocou à votação o ponto **2.1 TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2019**, tendo sido: aprovado por maioria, com (30) votos a favor, do PS, PSD, CDU, BE e MCI e abstenção do PAN (1).

Igualmente colocou à votação o ponto **2.2 TAXA DO IMI A APLICAR NO ANO DE 2018 E A COBRAR EM 2019, E ISENÇÕES RELATIVAMENTE A IMPOSTOS E OUTROS TRIBUTOS PRÓPRIOS**, tendo sido: aprovado por unanimidade.

O Deputado Pedro Martins, declarou o voto favorável do Grupo Municipal do PSD, mas lembrou a existência da oneração sobre os prédios degradados, tendo por isso apresentado propostas e que as medidas fiscais devem ser complementadas com projetos camarários para envolver as pessoas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.3 FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2018 A COBRAR NO ANO DE 2019.

O Presidente da CMB, **Frederico Rosa**, afirmou que a proposta apresentada de redução da Derrama de 1.5 para 1.4 e manter a fasquia de isenção até aos 150 mil euros/ano, é uma medida a incluir num programa mais robusto conjugando IMI, Derrama, IMT e Taxas e Licenças, para dar um sinal positivo às empresas que queiram investir, criar postos de trabalho e sediar as suas instalações no Barreiro.

O Deputado **Ricardo Teixeira**, deu a conhecer que o Grupo Municipal se iria abster por considerarem que o impacto da medida da medida junto das empresas é diminuto e o valor da redução, apesar de não ser de grande monta, irá afetar a capacidade de investimento no Barreiro, e o apoio aos Bombeiros.

A Deputada **Ana Teresa Xavier**, afirmou que na mesma linha de raciocínio o Grupo Municipal do PSD, considera esta medida como mais um incentivo, e que, quanto mais lucro houver por parte das empresas, maior poderá ser a empregabilidade no Concelho, dando como exemplo o caso de Almada.

O Deputado **Isidro Heitor**, considerou que, mesmo sendo um sinal pouco significativo, numa estratégia integrada, vai no bom sentido. Recomendou ao Executivo que, de futuro possa estudar a possibilidade de isentar da Derrama as empresas com base tecnológica e industrial sediadas no Concelho por um tempo a determinar que criem postos de trabalho permanentes, num número também a determinar.

A Deputada **Ana Teresa Xavier**, no seguimento da intervenção anterior, registou que em Almada, a Derrama para as empresas de base tecnológica que se instalaram em 2017, era de 0,25 e nesse mesmo ano isentava as empresas que tivessem mais de 250 trabalhadores.

O Deputado **Francisco Alves**, afirmou que nesta matéria Almada é uma exceção e que o Barreiro está alinhado com os outros Concelhos. O Grupo Municipal do BE vai acompanhar a proposta por considerar ser um sinal, no entanto tem dúvidas que esta medida por si só, seja geradora de emprego. Referiu como importante influenciar uma reestruturação séria do território da Baía Tejo, e também incentivar outro tipo de emprego, para além do tecnológico.

O Presidente da CMB, **Frederico Rosa**, reconheceu que só esta medida não irá resolver todas as questões. É a primeira vez que no Barreiro a Derrama desce, é um sinal que a ser conjugado com outras medidas, se espera alicerçar à criação de postos de trabalho e criar outras minorações da taxa. Concordou ser necessário também emprego na área logística. Contestou o populismo das afirmações do Deputado Ricardo Teixeira, o que se pretende é a existência de muitas empresas e que essas possam também ajudar os Bombeiros.

O Vereador **Rui Braga**, reiterou que brevemente será apresentado à Câmara e à Assembleia Municipal, um pacote de incentivos extra, direcionado para o investimento e incentivo à criação de postos de trabalho, e todos poderão discutir setores de atividade a privilegiar e os benefícios a atribuir às empresas. Contestou a informação colocada pela CDU em outdoors, a quem acusou de posturas diferentes enquanto poder e oposição.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da AMB, André Pinotes Batista, colocou o ponto à votação tendo sido: aprovado por maioria com abstenção da CDU (10).

O Deputado Pedro Martins, declarou que o Grupo Municipal do PSD votou a favor, mas é importante continuar o esforço para complementar este tipo de redução, desenvolvendo novas zonas de atividade económica no parque industrial, na parte tecnológica, aproveitar a localização geoestratégica, potenciar a zona ribeirinha, o desporto, o lazer, a hotelaria, a restauração, eliminar a burocracia e os obstáculos junto da própria Câmara e criar gabinetes de atendimento aos empresários.

2.4 FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DE 2019, RECEITA A ARRECADAR EM 2020.

O Presidente da CMB, Frederico Rosa, referiu que sendo este um imposto indireto, as grandes alterações são feitas pelo Estado. Considerou que de momento, apesar do impacto orçamental que a medida possa ter, se deve manter a taxa em 5%, esperando que esta componente possa um dia ser maior e ter outros instrumentos para trabalhar.

Deputado Isidro Heitor, concordou ser prudente manter a taxa do IRS, por merecer uma análise mais profunda pelo seu comportamento irregular nos últimos anos, referiu que no período de mais contenção devido à Troika, o Município recebeu maior transferência e atualmente a tendência é inversa. Atribuiu à classe média a maior penalização nesta matéria.

O Deputado Pedro Martins, concordou com o Deputado Isidro Heitor, tem que haver um cuidado no equilíbrio das contas do IRS, face às despesas por parte do Município e retorquiu que, mais que a classe média são os ricos e os muito ricos, que fazem mais esforço financeiro.

A Deputada Dulce Reis, deu a conhecer que o Grupo Municipal da CDU iria votar a favor, congratulou-se com mudança de opinião do PS, que em 2016 defendeu uma descida apesar de pequena, tudo apontando que agora, as contas do Município estejam equilibradas e livres dos malefícios da Troika.

Deputado Isidro Heitor, respondeu à Deputada Dulce Reis, que na altura a descida proposta, representava menos de metade do que o Município recebia a mais, porque que agora vai receber menos, como é evidente.

O Presidente da AMB, André Pinotes Batista, colocou o ponto à votação tendo sido: aprovado por unanimidade.

2.5 ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO.

O Vereador João Pintassilgo, justificou a apresentação da proposta no seguimento da aprovação do novo Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Barreiro e respetiva adaptação à legislação que atribui o abono para despesas de representação aos titulares de cargos dirigentes das unidades orgânicas nucleares e flexíveis, que terá efeitos desde a nomeação dos dirigentes, em regime de substituição.

O Presidente da AMB, André Pinotes Batista, colocou o ponto à votação tendo sido: aprovado por maioria, com abstenção da CDU (10).



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Deputada Dulce Reis, justificou a abstenção do Grupo Municipal da CDU, afirmando que concordam com o princípio da proposta, não concordam com a apresentação da mesma, que consideram estar mal-enquadrada em termos de legislação e confusa, existindo dúvidas se a mesma não deveria ser uma proposta de ratificação de decisão anterior.

A Deputada Ana Santos, procedeu à leitura da Ata em minuta que foi: aprovada por unanimidade e se encontra inserta na Ata como **Anexo VII**.

Os trabalhos foram interrompidos às zero horas e seis minutos.

A gravação áudio da presente Sessão, encontra-se disponível nos Serviços da Assembleia Municipal do Barreiro.

O registo de vídeo em https://www.youtube.com/channel/UCNgNhQ5vjOIWztG0_3NvEVA.


APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada por unanimidade, na Sessão Extraordinária realizada a 12 de dezembro de dois mil e dezoito, vai ser assinada por mim Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista.

O Presidente,


André Pinotes Batista

A Assistente Técnica,


Filomena Neves